



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

lhável a apresentação da medida no Congresso e, sobretudo, a edição de um novo Ato.

Pergunta («Estado de São Paulo» — São Paulo) — Achará V. Excia. normal que um comandante de Exército pretenda candidatar-se ao cargo de Governador de Estado em que exerce as suas funções? Não lhe parecerá que nesta pretensão esteja implícito um surto militarista que poderá ter as piores conseqüências para o futuro do País?

Resposta — Acho normal, desde que o cargo não seja utilizado para propaganda, pressões e base política; e refiro-me também a qualquer escalão de comando. Passam, então, a vigorar plenamente as faculdades e os direitos do cidadão que legitimamente tem a pretensão de um posto eletivo. O essencial é não misturar o exercício do cargo militar com as necessidades do candidato. De modo contrário, aí, sim, é que haverá militarismo. Os seus leitores querem um exemplo da tentativa recente de militarismo? Quando o eminente General Costa e Silva viajou para a Europa, houve um grande órgão de imprensa que apelou aos setores militares para que impusessem ao meio político, e como insurreição contra o Presidente da República, a candidatura do atual Ministro da Guerra. O referido jornal considerou esta candidatura um fato militar e o Chefe da Nação já despojado de sua autoridade. Via-se claramente que os editoriais expressavam a conveniência de as eleições presidenciais se processarem praticamente nos quartéis, isto é, na tropa, como registravam, e não pela ARENA, no Congresso Nacional. Eis um exemplo de militarismo desejado por civis, negligenciado por militares e dignamente rejeitado pelo suposto beneficiário de tão estranhos propósitos.

Pergunta («Diário de Notícias» — Rio) — Quais as principais razões que levaram Vossa Excelência a enviar a dez generais uma carta-circular sobre o problema da sucessão presidencial?

Resposta — O documento foi enviado aos três Ministros Militares. Foi ato funcional, nada particular. Sentindo o efeito de algumas explorações e desvirtuamentos perigosos, quer para o meio militar quer para o civil, resolvi apreciar a conjuntura, recordar ensinamentos e caracterizar anunciados erros. Tirei conclusões,

indiquei o adequado procedimento militar e firmei a minha própria conduta.

Pergunta («Diário de Notícias» — Rio) — Qual a reação de Vossa Excelência diante dos sucessivos pronunciamentos do Governador Ademar de Barros?

Resposta — A minha primeira reação, e conseqüente atitude, foi a de aceitar a iniciativa do rompimento do Governador. Não recuei da intervenção federal, pois dela não cogitei. Estou atento, mas não ficarei à mercê de inconsistentes variações de posição.

Pergunta («O Globo» — Rio) — Vários jornais comentam que o Governador Adhemar de Barros estaria refletindo apenas um estado de crise na indústria e no comércio paulista. Vossa Excelência vê relação de causa entre a atitude política do Governador e a situação econômica paulista? Acha que a crise existe realmente na indústria e no comércio de São Paulo?

Resposta — Não creio que exista qualquer relação entre a atitude política do Senhor Governador do Estado de São Paulo e a situação econômica paulista. Isto porque, e como é de seu dever, o Governo Federal tem sempre dedicado especial desvêlo aos problemas econômicos do grande Estado bandeirante. Nenhuma crítica, reclamação ou reivindicação apresentada pelas classes empresariais ou trabalhadoras de São Paulo, por intermédio do Governo do Estado ou das entidades de classes, deixa de ser encaminhada aos órgãos da Administração Federal responsáveis pelo problema, com recomendações especiais para seu estudo e formulação de solução adequada. Na Secretaria de Estado responsável pelos assuntos da Indústria e Comércio e na presidência do Banco do Brasil encontram-se dois ilustres e competentes filhos de São Paulo que, como é natural, dedicam especial desvêlo aos problemas econômicos e financeiros do Estado. Os demais Ministros de Estado e chefes dos mais altos departamentos do Governo estão em permanente contato, inclusive «in-loco», com os homens e entidades responsáveis pela prosperidade do grande Estado, sempre partindo da convicção que a prosperidade e o bem-estar do Brasil são estreitamente dependentes da prosperidade e do bem-estar de São Paulo. Quanto ao final de pergunta, ignora o

Governo a existência de crise afetando a indústria e o comércio de São Paulo. O que existe são problemas setoriais, em geral localizados em algumas emprêsas, os quais são objeto de estudo acurado e minucioso pelas autoridades responsáveis, para o encontro de uma solução harmônica com o interêsse geral.

Pergunta («El Nacional» — México) — Desejo perguntar se o Excelentíssimo Senhor Presidente não apoiará algum candidato à Presidência dos Estados Unidos do Brasil, seja militar ou civil.

Resposta — A ARENA está prestes a ser definitivamente instalada. Uma de suas primeiras grandes tarefas será a escolha do candidato à Presidência da República. A mim não caberia antecipar-me. Seria um ato personalista, intempestivo e até de desrespeito ou menosprêzo para com a organização política revolucionária. O candidato poderá ser um militar ou um civil. Participarei da coordenação dos trabalhos. E apoiarei o candidato indicado.

Pergunta («A Gazeta» — São Paulo) — Qual a medida governamental tomada nestes dois últimos anos, e que Vossa Excelência considera de maior interêsse para o povo brasileiro, especialmente para as camadas mais pobres da população?

Resposta — Para as populações urbanas a medida de maior alcance talvez seja o programa habitacional já em início de execução. O Brasil havia chegado a um alarmante *deficit* de habitações, particularmente para as classes mais pobres. O Banco de Habitação já lançou o programa das cidades e tem em construção maior número de unidades do que os Institutos e a Fundação da Casa Popular em uma vintena de anos. Então agora sendo lançadas as cooperativas de habitação para trabalhadores e procura-se estimular a iniciativa privada a participar do esforço de construção de casas populares. Para as populações de interior, o maior benefício talvez tenha sido o vasto programa do abastecimento de agora que estamos empreendendo com apoio da Aliança para o Progresso e do Banco Interamericano. Os trabalhadores rurais começaram a se beneficiar com a humanização dos contratos de arrendamento e parceria e o incentivo dado pelo Estatuto da Terra à reorganização da estrutura rural.

Pergunta («Radio Jornal do Brasil» — Rio) — Sabendo-se que o Brasil é um País em desenvolvimento e necessita de maior número de escolas, o que pretende fazer efetivamente o atual Governo para amenizar a situação dos estudantes superiores, sempre em luta por vagas após os exames vestibulares? O que pensa o Governo do setor de pesquisas, inexistente no País?

Resposta — O atual Governo consciente de que o atendimento, em caráter de emergência, traz perturbação à vida escolar sem resolver satisfatoriamente o problema, vem desde 1965 cuidando do aumento do número de vagas. Para isto, organizou um plano racional, que lhe permite duplicar antes de 1970 a população escolar de grau superior, tendo em vista os mercados de trabalho. Na verdade, seria erro imperdoável aumentar indistintamente as vagas nas universidades, e desta sorte lançar os jovens recém-formados no problema ainda mais grave do desemprego.

O Ministério da Educação e Cultura já obteve a análise nos campos da engenharia, química, farmácia e medicina, e prossegue ativamente com os estudos relativos à arquitetura, odontologia, enfermagem e magistério de grau médio.

Valendo-se de assessôres especializados, executa um programa de aumento progressivo, sem quebrar a elevada qualidade do ensino.

Atendendo a que não se deve improvisar o professor, a CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), colaborando no plano de ampliação dos quadros docentes, está financiando bôlsas de estudos de pós-graduação em progressão geométrica: 412 em 1964; 990 em 1965; 3.000 em 1966. O Ministro da Educação e Cultura estuda neste momento o programa de desenvolvimento dos cursos de formação.

Sômente através de um planejamento consciente e sério, como faz êste Governo, sem alardes demagógicos que não são de seu feitio, é possível concretizar o objetivo de abrir cada ano maior número de vagas nos institutos de grau superior; proporcionando bom ensino e condições racionais de aproveitamento aos que nêles ingressam. É o que faz neste momento e pode anunciar que em cada ano os estabelecimentos de ensino receberão número crescente de alunos.

A segunda parte da pergunta insinua um dado falso, e que me cumpre emendar. Ao contrário do que faz supor, a pesquisa existe no País.

O Conselho Nacional de Pesquisas está em funcionamento há mais de 15 anos. No Ministério da Educação, a CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) considera indissociável a pesquisa e o ensino universitário. Em tôdas as Universidades do Brasil desenvolvem-se pesquisas de natureza científica, tecnológica e social. A título apenas de exemplo para não me estender no que ocorre nos demais, posso lembrar, em franca atividade no Estado da Guanabara, o Instituto de Biofísica, o Instituto de Engenharia Nuclear, o Instituto de Ciências Sociais, o Instituto de Microbiologia, a seção de Pesquisas Antropológicas do Museu Nacional, todos êstes diretamente vinculados ao Govêrno, afora instituições particulares que recebem apoio financeiro oficial, como o Centro de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica.

O Govêrno está desenvolvendo os Centros de Treinamento Avançado, destinados a formar pesquisadores e docentes. Sô nesses Centros, investe neste momento quatro milhões de dólares; tomados de empréstimo ao Banco Internacional de Desenvolvimento, e, paralelamente, aplica de seus recursos orçamentários quantia equivalente a dois milhões e quinhentos mil dólares, ou sejam mais de Cr\$ 14 bilhões.

Não admitindo que os centros de pesquisas sejam criados como fonte de empreguismo, está desta sorte aparelhando o País para se cumprir o disposto na Constituição (Art. 174, parágrafo único), que aconselha a criação de institutos de pesquisas preferencialmente junto aos estabelecimentos de ensino superior.

A existência da pesquisa no Brasil se configura, inclusive, em 600 trabalhos científicos realizados em 1965, nos diversos setores, por cientistas brasileiros amparados financeiramente pelo Conselho Nacional de Pesquisas — órgão diretamente subordinado à Presidência da República.

Cresceu tanto a produção científica graças à ação dêsse órgão da Presidência e aos órgãos de pesquisa dos Ministérios — que

se fêz necessária substancial ajuda financeira aos periódicos especializados, para assegurar a imediata divulgação da atividade científica braileira.

Nunca foi, como agora, executado com maior cuidado o planejamento científico. O Conselho delega sua confecção aos mais destacados especialistas brasileiros em cada setor por êle coberto.

Programas de Oceanografia, Matemática, Física, Química, Geologia, Ciências Médicas, Agronomia e outros estão sendo cumpridos pelo Conselho, com assessoria de comissões especializadas.

Reunindo representantes de Universidades, Institutos de Pesquisa Agropecuária, Ministério da Agricultura e Secretarias de Agricultura, o Conselho está concluindo o planejamento de um programa de recuperação — para a agricultura e a pecuária — dos campos de cerrado que cobrem quase dois quintos do território brasileiro. Esperamos, com êsse programa, iniciar em 1º de junho o mais amplo trabalho de cooperação científica já realizado na América Latina.

A articulação do Conselho com os órgãos universitários de pesquisa é cada vez mais coerente, com programação regional e formação de pesquisadores.

O plano de ação para o biênio 1965/66 está sendo fielmente cumprido e vários de seus itens poderão ser atendidos com antecipação.

A pesquisa espacial, iniciada em 1965, tem assegurado o cumprimento, em 1966, de programa que dará ao Brasil posição destacada na América Latina.

O Conselho Nacional de Pesquisas atendeu, em 1965, todos os pedidos de auxílios e bôlsas que recebeu e deslocou-se para o Rio Grande do Sul, para a Universidade Rural do Brasil e para São Paulo, com a finalidade de melhor conhecer as necessidades da pesquisa e mais rãpidamente atendê-las.

Êste mês o Conselho se reunirá na Universidade da Bahia, onde surgem condições propícias à atividade científica pura e aplicada.

Do total dos recursos financeiros a êle consignados, o Conselho Nacional de Pesquisas despendeu apenas 7 % com sua administração.

Vale citar a recente visita ao Brasil, em fins de fevereiro, do Diretor Adjunto da UNESCO, Sr. Malcolm S. Adiseshian, trazendo, entre outros, o objetivo de assegurar a presença de nosso Conselho Nacional de Pesquisas à reunião dos países latino-americanos, em junho, em Buenos Aires, que objetiva incitá-los a seguir o exemplo brasileiro, criando seus respectivos Conselhos Nacionais de Pesquisas para dinamização do Desenvolvimento técnico-científico.

Pergunta («Fôlha do Norte» — Belém) — Como encara o Govêrno o problema da borracha natural brasileira ?

Resposta — O problema da borracha natural brasileira merece do Govêrno tôda a atenção, não só por se tratar de matéria-prima da mais alta importância, como pelo que representa para a economia de vasta região do país. Existe no momento uma comissão de técnicos que estuda o problema da borracha natural, juntamente com o da revisão e atualização da política de desenvolvimento da região amazônica e reestruturação e dinamização dos organismos governamentais responsáveis pela valorização econômica da região. A solução do problema não é fácil nem pode ser atingida com precipitação, uma vez que tem implicações com a política governamental de estímulo à produção de borracha sintética e de estabilização de preços de matérias-primas essenciais à indústria nacional. Fugindo à errônea política de subsídios antieconômicos e de manutenção de prejudiciais monopólios, é pensamento do Govêrno assegurar aos produtores de borracha natural, como o vem fazendo a outros produtores de matérias-primas fundamentais, não só preços mínimos adequados e justos, como a garantia de compra da produção que não fôr livremente comercializada.

Pergunta («Jornal do Comércio» — Recife) — Que providências está o Govêrno adotando para corrigir distorções na Marinha Mercante e na Estiva ?

Resposta — Após longo período de aguda crise que a atingiu, a navegação se encontra em fase de franca recuperação.

Assim, no Longo Curso, tem crescido substancialmente a participação da nossa bandeira na importação e exportação do país. Valendo-se do instituto de afretamento, com vistas a superar a carência de navios próprios, o Brasil tem aumentado substancialmente sua participação no Longo Curso.

No que se refere à Cabotagem, é bastante alentador o atual panorama, visto se observa crescente demanda pelo transportê sôbre água, em consequência da superação de distorções que o envolviam, especialmente relacionadas com operações portuárias. A navegação interior, abandonada até passado recente, vem merecendo especial atenção do atual govêrno, uma vez que se constitui em importante fator de integração nacional e abastecimento de populações menos favorecidas.

É verdade que para se alcançar a total recuperação da navegação marítima, torna-se indispensável o reaparelhamento e modernização da nossa frota. Atenta a essa necessidade, a Comissão de Marinha Mercante, em 1965, contratou a construção de 33 embarcações em um total de 126.570 *TDW* e que se destinarão à navegação fluvial e lacustre, de cabotagem, portuária e de longo curso; no mesmo passo que entregou ao tráfeço, em 1965, 83.390 *TDW*. É importante salientar que o Brasil ingressou definitivamente na área dos países exportadores de navios, em decorrência da venda que fizemos, em 1964, ao México, de 4 embarcações, num total de 30.000 *TDW*, estando, no momento, em negociações com o mesmo país, nova transação envolvendo 5 grandes embarcações de 12.900 *TDW* cada uma.

Não menos atenção dedicou o govêrno ao problema da estiva. Dessa forma, através da Comissão de Marinha Mercante, foram corrigidos vícios acumulados no passado, através de rigorosa revisão no sistema de sua remuneração, que extinguiu a concessão de favôres ilegais. Adotou-se, ainda, nôvo regime de pagamento àquela categoria profissional, porque ensajou, a par da redução nos custos operacionais, simplificação na cobrança dos fretes. Outras medidas corretivas, mas que para sua adoção exigem adequados instrumentos legais, estão sendo examinadas e, uma vez colocadas em prática, permitirão acentuada melhoria nos trabalhos de tôda a orla marítima.

Pergunta («Ziz-Zag» — Chile) — Dentro das medidas tomadas pelo Govêrno da Revolução, a que encontra maior resistência e é mais combatida é a que diz respeito à política econômica posta em prática pelo Senhor Ministro Roberto Campos. Estaria Vossa Excelência disposto a mudá-la no tempo que lhe resta de mandato ou considera estar ela absolutamente certa?

Resposta — Existe uma política econômica do Govêrno, e não de nenhum Ministro isoladamente. Essa política abrange três aspectos — combate à inflação, retomada do desenvolvimento e reformas de estrutura. Fizemos progresso em todos êsses aspectos. Diminuiu-se o ritmo de inflação, a produção, antes estagnada, começa a ressurgir, modernizou-se o sistema fiscal e foram feitas duas importantes reformas — a habitacional e a agrária. Recompusemos também a situação do balanço de pagamentos. Certamente há ainda um longo caminho a percorrer e as dificuldades são muitas. Uma inflação de trinta anos deixa vícios e distorções profundas, e as medidas corretivas provocam reparos e mesmo manifestações de inconformismo. Mas a política adotada é correta e certamente superior a tôdas as alternativas propostas. Não somos entretanto dogmáticos e sim pragmáticos, procurando ser tão flexíveis quanto possível e adequando as medidas às circunstâncias de cada fase.

Pergunta («A Gazeta» — São Paulo) — Considerando o ritmo das emissões de papel moeda, o aumento constante do custo de vida e a desvalorização do cruzeiro, quais os resultados positivos advindos da política econômica financeira adotada pelo Govêrno?

Resposta — Já afirmei que o combate gradualista à inflação, em lugar de um tratamento de choque, implicou na aceitação pelo Govêrno do princípio de que a estabilidade monetária não seria alcançada imediatamente, mas resultaria de um trabalho paciente e persistente, através do qual os diversos focos da inflação fôssem progressivamente controlados e dominados. E isso praticamente já ocorreu, bastando para exemplificar assinalar o fato de que, em 1965, o principal fator tradicionalmente responsável pelas emissões maciças, ou seja, o deficit do Tesouro, não mais teve de ser financiado inflacionariamente. Os resultados da política econômico-

financeira se revelam, principalmente, através de substancial redução do ritmo inflacionário, obtida pelo contrôlo das finanças governamentais e de redução do deficit das autarquias; do comportamento altamente satisfatório do balanço de pagamentos; da recuperação das atividades agrícolas e do bom desempenho de grande número de setores industriais; da atenção especial dedicada à infra-estrutura de transportes, energia e comunicações; de um programa de investimentos que levará grande incentivo às áreas prioritárias da economia. Em resumo, no fato capital de haver a economia logrado vencer a ameaça de inflação incontrolável, ao mesmo tempo em que a produção aumentava, quase que em tôdas as áreas. Conseguiu-se demonstrar não ser necessário paralisar a atividade econômica para vencer a inflação, nem ser necessário largar as rédeas dos preços para conseguir que o país se desenvolva. O Brasil, que parecia haver chegado a um impasse, revelou-se capaz de conciliar os três grandes objetivos de conter a inflação, desenvolver-se e reformar sua estrutura institucional, em curto período e sem intranquilidade social. A afirmação de haver aumento constante do custo de vida devia considerar os índices anteriores dêsses aumentos. Se tivesse persistido a tendência inflacionária do três meses anteriores à Revolução, o aumento do custo de vida em 1964 teria atingido a cêrca de 140 % e não 87 % como se verificou. Quanto às emissões de papel-moeda, embora ainda vultosas, são em têrmos reais sensivelmente inferiores às emissões realizadas no ano anterior à Revolução e que foram ocasionadas, não pela necessidade de constituir reservas em moedas fortes e amparar a produção agrícola, como ocorreu no ano passado, mas para cobrir despesas de simples custeio da administração e financiar uma política salarial demagógica. Quanto à desvalorização do cruzeiro, é evidente que, enquanto a inflação não fôr inteiramente contida, continuará nossa moeda a se depreciar, face à moeda de outros países que desfrutam de estabilidade econômica.